



REVISTA INTER-LEGERE: ESTUDOS
**UM REMÉDIO PARA A AMÉRICA
LATINA: NOTAS SOBRE A
EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE
MANUEL BOMFIM³⁴**



JEANE DE FREITAS AZEVEDO PAIVA³⁵

Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, na modalidade mestrado.

RESUMO

Este estudo traz algumas observações sobre a obra de Manoel Bomfim “A América Latina: males de origem”, publicada em 1905. Pretende-se mostrar a análise que o autor faz dos problemas enfrentados pelos países latino-americanos no final do século XIX e início do século XX, na qual afasta-se das idéias que concebiam o atraso dessas nacionalidades como advindas do processo de miscigenação destes povos e propunham como solução a estratégia de branqueamento dos seus indivíduos. Para Bomfim, a origem do problema é de outra ordem: um processo de exploração do homem pelo homem e de nação sobre nação. Assim, não credita ao processo de branqueamento a solução para os males enfrentados por esses países, mas à substituição da cultura da ignorância, implantada a partir do regime colonial, pela instrução popular e massiva do povo.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; Processo de Miscigenação; América Latina; Progresso.

³⁴ Artigo apresentado à disciplina Interpretações do Brasil, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ministrada pelo Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa.

³⁵ Socióloga e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

Em **A América Latina: males de origem**, escrita em 1905, Manoel Bomfim trata da questão do atraso do continente latino-americano. Nesse período, as idéias que tentavam dar conta dos problemas econômicos deste continente giravam em torno da questão da inferioridade (biológica, intelectual, política e cultural) das raças não-brancas. Segundo Prado (2005), diferentemente do que fez Joaquim Nabuco, que considera a escravatura a origem de todos os males, ou de José Bonifácio que, quase um século antes, chama a atenção para a impossibilidade de um projeto de modernização para o país com o regime escravocrata, Manoel Bomfim, sem desconsiderar a escravatura, procuraria as origens desse atraso recorrendo ao processo de colonização que aqui se estabeleceu.

Nessa obra, Bomfim se contrapõe às idéias racistas fazendo uso do conceito de **parasitismo**³⁶ para caracterizar o processo de exploração colonial pelas nações européias, revelando como as conseqüências do processo de exploração sobre a vida econômica, política e cultural do continente geraram grandes males ao viver posterior das novas nacionalidades. Para ele, a solução do problema do atraso está no rompimento dessas sociedades latino-americanas com o seu passado colonial e toda a sua herança, através da instrução popular.

A crise da ordem escravocrata levou os intelectuais brasileiros da “geração de 1870” a refletirem sobre o problema da nação (BARONI, 2003). Nesse período, a questão racial no Brasil era a tese que vigorava nas análises sobre os problemas nacionais. Os problemas enfrentados pelo Brasil não eram vistos como produtos das relações desiguais engendradas pelo regime escravocrata, mas como advindos da suposta harmonia entre as raças, substanciada pelo processo de miscigenação.

De acordo com Prado (2005), os intelectuais da chamada geração de 1870, que estavam preocupados com a questão nacional, buscavam elaborar projetos que pudessem modernizar o Brasil. Para tanto, foi preciso enfrentar a questão da escravatura, haja vista que a monarquia estava vinculada a esse sistema de produção. A monarquia, segundo a autora, era vista como uma forma de governo que impedia a chegada do progresso ao país. Em 1871, a Lei do Ventre Livre estabelece que os brasileiros negros que nascessem a partir de então seriam livres e, portanto, incorporados como iguais à sociedade. Isto significou um golpe contra o regime monárquico, o que fez com que alguns intelectuais que defendiam este regime se colocassem contra o processo abolicionista.

Com o processo de abolição da escravatura, opera-se uma reorganização dos princípios sociais que regem a nação brasileira. Alguns intelectuais defendiam que a base da

³⁶ Para a análise dos problemas do continente latino americano, Manoel Bomfim, cuja formação intelectual tem início com o curso de Medicina, recorre aos conceitos da Biologia. Para ele, as sociedades devem ser vistas como organismos, e, por isso, estão sujeitas a leis categóricas (BOMFIM, 2003, p. 51).

ordem social devia-se ao princípio da diferenciação social, e, portanto, ele deveria ser restaurado. Com o negro compondo o quadro social do país, a questão racial passa a fazer parte das discussões sobre a questão nacional. (BARONI, 2003)

Em 1889, quando foi proclamada a República, coloca-se a urgência em resolver a "questão nacional" para colocar o país "ao nível do século" e "superar o atraso cultural" (PRADO, 2005).

Ora, se o negro era considerado raça inferior, o processo de miscigenação era a justificativa aparentemente suficiente para explicar o atraso nacional. O chamado "racismo científico" coloca, dessa forma, as desigualdades humanas como advindas das desigualdades raciais existentes, naturalizando, assim, as desigualdades sociais existentes.

2 PARASITISMO SOCIAL: O GRANDE MAL DA AMÉRICA LATINA

Em **A América Latina: males de origem**, Bomfim analisa o atraso dos países latino-americanos lançando mão do conceito de "parasitismo social", que vai sustentar sua interpretação acerca da exploração das colônias latino-americanas pelas nações ibéricas, contestando as teses racistas sobre o atraso das novas nacionalidades.

Bomfim considera que as idéias que defendiam a inferioridade das raças não-brancas faziam apropriação equivocada da teoria *darwinista* para justificar a exploração colonial. Para ele, ao se estudar uma nacionalidade, torna-se necessário entender o seu processo de formação histórica. Os que consideram as idéias evolucionistas deveriam, então, levar em conta o fato de as condições atuais de uma sociedade resultar das ações sofridas em seu processo de formação histórica. Nesse sentido, considera que:

Como organismos vivos, as sociedades dependem, não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes. Uma nacionalidade é forçosamente a resultante de ação do seu passado, combinada à ação do meio." (BOMFIM, 1993, p. 52).

Para ele, esse mesmo processo ocorre com os organismos biológicos:

Se, num espaço, num meio muitas vezes restrito, único e igual, encontramos organismos de uma diversidade infinita, é porque eles não dependem só do meio atual, mas também das condições e formas anteriores, que a hereditariedade conserva – representa uma herança adaptada. É por isso, ainda que uns se mostram mais perfeitos do que outros; é nestes – nos mais perfeitos que a adaptação é mais completa; neles, o passado não pesa tão fortemente

que embarace as adaptações indispensáveis [...]. Que vem a ser uma doença? Uma inadaptação do organismo a certas condições especiais [...]. (BOMFIM, 1993, p. 52).

Nesta perspectiva, Bomfim vai se voltar para o processo histórico de colonização do continente latino-americano, buscando entender o seu quadro de atraso no início do século. Para ele, o atraso econômico, social e político apresentado pelas ex-colônias ibéricas não pode ser explicado e entendido como resultado da inferioridade dos povos não-brancos, mas pelo processo de exploração pelo qual passou tais colônias.

Em sua concepção, o processo de colonização se deu sob o regime parasitário: a metrópole, enquanto o corpo parasita, e as colônias como o organismo parasitado. Isso trouxe conseqüências sobre as colônias mesmo depois de emancipadas, fazendo com que as novas nacionalidades apresentem uma série de “vícios” que resultariam imediatamente desse regime imposto pelas nações ibéricas. Tais vícios têm um caráter natural, na medida em que traduzem a influência do parasita sobre o parasitado, principalmente quando o parasitado, além de ser gerado, é educado pelo parasita.

Para o autor, a influência do parasita sobre o parasitado se dá por duas ordens de efeitos: efeitos gerais e efeitos especiais. Os efeitos gerais são modificações que ocorrem no organismo parasitado pelo simples fato de ser parasitado. Esses efeitos se manifestam de três ordens: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exerce sobre ele para servir ao parasita; e a adaptação do parasitado às condições de vida imposta pelo parasita. (BOMFIM, 1993, p. 123). Tais efeitos se expressam na vida econômica, política, intelectual e moral das novas nacionalidades.

Os efeitos econômicos são os mais sensíveis e primordiais, pois se ligam a outros efeitos secundários (BOMFIM, 1993, p. 127). Para Bomfim, os colonizadores que aqui vieram tinham a única intenção de enriquecer e voltar para a metrópole. Os aventureiros, em busca das riquezas que aqui estavam, destruíam tudo o que encontravam, o que gerou a perda de milhões de indivíduos, estes, os mais aptos da América. Depois de esgotar as nossas riquezas, passaram a escravizar os naturais, enriquecendo às custas deles. Sobre o processo de escravidão na América do Sul, Bomfim é categórico na sua concepção:

A escravidão na América do Sul foi a objeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes [...]. Aqui, os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias

manufatureiras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição de toda inovação progressista. (BOMFIM, 1993, p. 134).

Nesse sentido, Bomfim procura demonstrar que os motivos do atraso das novas nacionalidades se encontram no processo de dominação e de exploração pelos países ibéricos. A escravidão se apresenta como elemento basilar dos males causados ao organismo parasitado.

No que se refere ao efeito moral e intelectual, o regime parasitário preparou “uma população heterogênea, instável, cindida em grupos, possuídos de ódios entre si”. Aqui, Manoel Bomfim refere-se aos desencontros entre os interesses dos diferentes grupos sociais que se formam nessas novas nações: os senhores territoriais, os aventureiros, os negociantes de escravos, mercadores, escravos, ao sentimento de revolta entre o colono, escravos africanos e índios.

As populações nasceram desunidas, cada grupo lutando pela vida. No início, foi a luta do indígena com o invasor, depois, a luta contra os exploradores, aventureiros e piratas. As sociedades latino-americanas se desenvolveram num estado de guerra permanente. Assim, com o estado de lutas contínuas, o trabalho escravo, a existência de um Estado tirânico e espoliador, não traria outro efeito senão “perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos” (BOMFIM, 1993, p. 151, grifo do autor).

Para que o parasitismo se mantivesse, era necessário conservar os dominados sob um regime que não permitisse um despertar e estimulasse o pensamento crítico. Assim, Bomfim afirma que, enquanto a ciência e a filosofia ganhavam vulto no cenário mundial, na América Latina, o que se desenvolvia era a cultura da ignorância e de seleção às avessas. Para ele, no nosso continente foi implantado um programa inteligentemente elaborado por aqueles aos quais interessava o regime de injustiça e privilégios, que se defendia os interesses dos parasitas. Tal regime, diz Bomfim, era uma reação instintiva: “o instinto cego e feroz da própria conservação que unificava, numa política de imobilismo irreduzível [...]”. (BOMFIM, 1993, p.152).

Bomfim analisa também o que ele chamou de efeitos especiais do parasitismo na América Latina. Para ele, esses efeitos especiais derivam do fato de o parasitismo desenvolvido pelas colônias luso-espanholas serem do tipo de “parasitismo social de povo a povo”, um tipo de parasitismo novo, “porque não é o de uma nação sobre a outra nação já feita, e de origem diferente; não, é o parasitismo de uma nação sobre outra que a ela se filia, que é por ela formada e dirigida”. (BOMFIM, 1993, p. 154). Esses efeitos podem ser tanto de ordem hereditária quanto advindos do processo de educação ou de reação do parasita ao parasitado.

O conservantismo é, para Bomfim, o mais interessante desses efeitos. Para ele, embora os homens das classes dirigentes aceitem as idéias de progresso, não sabem relacioná-las com suas necessidades. Esses homens não querem que as coisas mudem, por isso, eles próprios são escravos da própria rotina. Acredita que esses homens preferem conservar a situação atual por medo de criar dificuldades no momento. Esse conservantismo, que age instintivamente, não permite que eles reflitam sobre essa política que é anti-social e criminosa e, por isso, não tem o que conservar. Para ele, as nações latino-americanas são nações “que tudo está por fazer, a começar pela educação política e social das populações” (BOMFIM, 1993, p. 160), por isso, não há justificativa para este conservantismo.

Outro efeito deixado pela colonização ibérica foi a concepção que a população tem de Estado. Aqui, as colônias foram instituídas quando as nações ibéricas ainda não tinham completado sua organização. O regime monárquico não tinha atingido um grau de desenvolvimento que se apresentou em outras nações européias. A máquina administrativa do Estado era formada somente pelo fisco; era o Estado opressor, e não garantidor, protetor, órgão representativo e defensor da nação. As colônias foram formadas com a distribuição discricionária das terras, cobrando dos escravos a produção de açúcar e ouro, fontes de altos tributos. O Estado tinha por função apenas cobrar tributos e coagir aqueles que se negavam a pagar. Dessa forma, a concepção que se formou em torno do Estado é a de órgão opressor, espoliador. O Estado, aqui formado, não nasceu dos interesses da própria nação, com vistas a refletir suas tendências e interesses, mas para servir aos interesses da metrópole. Isso, para Bomfim, é um dos fatores que concorrem para impedir o progresso político das novas nacionalidades.

3 A INSTRUÇÃO POPULAR COMO CONDIÇÃO PARA O PROGRESSO

Segundo Manoel Bomfim, mesmo após o processo de Independência, o quadro das novas nacionalidades não mudou em sua essência, pois o Estado possui a capacidade de dissimular homens; o gozo do mando os corrompe, fato este que explica a política conservadora adotada pelos novos dirigentes da nação. Assim, mesmo tendo passado pelo processo de Independência, as antigas colônias continuaram com o mesmo problema, uma vez que, chegando ao poder, os representantes nacionais (que substituíram, teoricamente, os representantes da metrópole) não tinham interesse em destruir os costumes já consagrados.

Mas o problema de considerar a autoridade como gozo do mando não é resolvido com leis nem com a mudança de regime. Para Bomfim, o problema está na educação política. Para destruir essa idéia, seria necessária uma propaganda dirigida nesse sentido. A educação de todas as classes se torna necessária para que possam ver que “o Estado só tem uma razão de

ser: representar e defender os interesses gerais das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar” (BOMFIM, 1993, p. 193).

Interessante que, para Bomfim – claro defensor de idéias progressistas – a idéia de progresso está ligada com o próprio processo de luta pela vida. Afirmava que o progresso “é o resultado do homem com a natureza, para tirar dela o que lhe é preciso à vida, e para evitar as inclemências”. Para isto, ele vai “apurando a inteligência, aguçando a observação, acumulando experiência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária da natureza”. (BOMFIM, 1993, p.167). No entanto, diz ele, o parasitismo impede o indivíduo de progredir porque “anula a faculdade de observação, e o subtrai à influencia desse transformar incessante das coisas”. (*Id.* p. 168). Isto é válido também para as classes dirigentes. Para ele, “na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina” (*Id.*, 1993, p. 160), pois se recusam a qualquer mudança.

Para o autor, é isso que explica a falta de observação que impede que os indivíduos das classes dirigentes vejam quais são as reais necessidades da nação e encontrem nelas as soluções para seus problemas. Ao invés disso, esses homens buscam explicações e soluções possíveis nas teorias gerais de livros estrangeiros. Não se propõem soluções inéditas para problemas inéditos. Para ele, aqui, a ciência se baseia na leitura de autores estrangeiros, e não na observação dos fatos. Nesse sentido, coloca a imprudência em usar idéias produzidas lá fora sobre a nossa realidade:

Depois que um estrangeiro qualquer, ignorante das condições sociais do homem do povo na América do Sul, o denunciou como preguiçoso e incapaz de trabalhar, o pobre do americano não achou mais salvação. Pouco importa todas as qualidades de resistência e sobriedade que ele possui; pouco importa que lhe falte, apenas, a educação do trabalho e da instrução; foi condenando, e todos repetem a condenação, sem um instante de reflexão, sem atenuantes. (BOMFIM, 2003, p. 176).

Assim, Bomfim ataca as teorias raciais que propunham a imigração européia como projeto de progresso, visando ao branqueamento da população latino-americana³⁷. Para ele, o problema não é de ordem racial, mas uma questão da forma como a sociedade se estruturou. Assumindo uma postura caracteristicamente marxista, considera que o Estado brasileiro tem interesses de classe, o que justifica a cultura da ignorância aqui implantada.

Para ele, os governantes não têm a concepção de que sua função é cuidar do bem público e promover a felicidade das populações. Os momentos de crise social ou econômica os preocupam não porque podem afetar o viver da população, mas porque tais crises se

³⁷ Para ele, isso aumentaria o problema, na medida em, uma vez que o imigrante visa melhorar sua sorte, e não construir uma nação que não tem a nada a lhe oferecer, pois tudo ainda se está por fazer.

refletem sobre o Estado, podendo diminuir suas receitas ou ameaçar sua permanência no poder.

Segundo Bomfim, a cobrança de impostos pelo Estado brasileiro é injusta, pois além de não ser proporcional aos recursos de cada contribuinte, não é utilizada em serviços de interesse geral da população, principalmente no que se refere ao combate à ignorância:

É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3200 contos para tudo, tudo o que interessa à vida intelectual [...]” (BOMFIM, 1993, p. 196).

Nessa denúncia contra a classe dirigente, Bomfim defende o papel fundamental da educação no desenvolvimento da nação e superação do atraso. Mas, para ele, nos momentos das dificuldades econômicas, os estadistas financeiros se preocupam em atender somente a alguns sintomas (como a depreciação da moeda, baixa do câmbio etc.) que interessam apenas ao Estado, buscando salvar os interesses particulares, mesmo que estes sejam contra o da sociedade em geral. Para ele, os políticos não estão convencidos de que é tão importante a instrução popular como é o dever de defender a nação contra um ataque estrangeiro e o de ter um parlamento (BOMFIM, 1993, p. 199).

O que Manoel Bomfim reclama, nessa obra, é uma posição da classe política brasileira em relação a políticas concretas que visem ao progresso da nação. Para ele, não há possibilidade de um povo ignorante construir, por conta própria, técnicas de produção sofisticadas, proporcionando o avanço econômico tão cobiçado pelas classes dirigentes. Para ele, seria necessário instruir o povo e estimular a produção e não esperar, diante das condições de ignorância e atraso social, que a população, por conta própria, institua ações para alcançar o progresso. Isto, porque não se pode esperar de populações ignorantes e paupérrimas soluções eficazes para o quadro de miséria e atraso social e econômico que se formou na América Latina.

Propõe, diante disso, uma educação pública e popular, que se dê de forma massiva, pois acredita que a massa geral da população, da forma como foi formada por essa cultura da servidão e dos maus-tratos, criada sob a cultura da ignorância, não tem interesse e não tem prazer no trabalho, pois não foi estimulada para isso.

Para Bomfim, o progresso só será atingido pela educação e cultura de cada elemento da sociedade, pois não há possibilidade de se elevar o meio sem que os indivíduos sejam

melhorados. Afirma que a instrução não é o único objetivo do progresso, mas é um dos seus objetivos e meios – o principal deles – e um de seus fins.

As sociedades que sofreram todo o processo de exploração colonial, devem, pois, lutar pela difusão da instrução popular como forma de progredir intelectualmente, estimulando a cultura científica. Na concepção de Manoel Bomfim, isso traria a possibilidade de conhecer os reais problemas enfrentados pela sociedade e, conseqüentemente, possibilitaria encontrar soluções originais para as mesmas.

Segundo Uemori (2008), a aposta de Bomfim na instrução, como solução para o atraso do país, provocou em alguns de seus intérpretes estranhamento, na medida em que analisou de forma inovadora os problemas nacionais. De fato, a crítica de Manoel Bomfim ao racismo científico e às classes dirigentes aparece como uma análise sociológica inovadora para sua época. Como bem afirma Darcy Ribeiro (1993), Manoel Bomfim, nos dando ao diagnóstico do racismo como a técnica ideológica européia de dominação e escravização, nos mostra que esse país é viável, que há possibilidade de ser construída uma sociedade solidária e bela, retirando o poder de decisão das mãos das classes dominantes e investindo numa educação popular como instrumento indispensável no esforço de alta superação nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo uma postura claramente nacionalista e, como afirma Darcy Ribeiro, uma verdadeira lusofobia, Manoel Bomfim demonstra que os nossos males não vêm do povo, mas “da mediocridade do projeto das classes dominantes que aqui organizaram nossas sociedades em proveito próprio, com o maior descaso pelo povo trabalhador, visto como uma mera fonte de energia produtiva” (RIBEIRO, 1993, p. 13).

A questão da educação como a fórmula para eliminar os problemas enfrentados pelos países da América Latina não foi colocada como uma solução inédita por Manoel Bomfim. Segundo Uemori (2008), desde o século XIX, alguns intelectuais e políticos colocaram a educação como condição para que o país acompanhasse o desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais.

No entanto, Manoel Bomfim abordou a questão da educação de uma maneira singular, na medida em que aponta a classe dirigente como culpada pelo atraso nacional e acredita no potencial da nossa população para alcançar o progresso. Para Bomfim, a educação popular é fundamental para a nação superar o seu atraso. Demonstrando amor pelo Brasil, analisou o desenvolvimento assimétrico da sociedade e creditou à instrução popular massiva o papel indispensável na superação dos nossos males de origem.

REFERÊNCIAS

BARONI, Márcio Henrique de Moraes. **Bomfim: entre continente e nação**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas. Campinas, 2003.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro. Topbooks, 1993.

PRADO, Maria Emilia **A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro. Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas**. Revista EIDAL. v. 16. n 2.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. *In*: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro. Topbooks, 1993.

UEMORI, Celso Noboru. **Manoel Bomfim, entre a educação e a revolução**. Revista de Pedagogia Perspectivas em Educação. Edição n. 02, 2008.